



UM PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ A PARTIR DAS REGIÕES IMEDIATAS

AN OVERVIEW OF FAMILY FARMING IN PARANÁ FROM THE IMMEDIATE REGIONS

Autor: Yogo Kubiak Canquerino

Filiação: Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Toledo – PR

E-mail: yogoykc@hotmail.com

Autor: Lorena Regina de Oliveira

Filiação: Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Toledo – PR

E-mail: lorena.regina.oli@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): << GT05. Agricultura familiar e ruralidades>>

Resumo

Este estudo tem o objetivo de compreender o perfil dos agricultores familiares nas regiões imediatas do Estado do Paraná, utilizando dados do censo agropecuário de 2017. Para coletar os dados, utilizou-se a plataforma SIDRA - Censo Agropecuário 2017. Os dados foram tratados e inseridos no software Qgis versão 3.16.11 para a elaboração de mapas. Para gerar as simbologias nos mapas temáticos, os dados foram classificados no modo igual contagem (Quartil) em quatro classes. Com isso, os resultados indicaram uma concentração dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em algumas regiões imediatas do Paraná, apontando desigualdades regionais e desafios a serem superados, como baixa escolaridade e participação limitada das mulheres e jovens. Políticas públicas são necessárias para incentivar práticas mais sustentáveis e associar-se a cooperativas pode ser uma estratégia eficaz para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar; regiões imediatas; desenvolvimento regional; políticas públicas; Paraná.

Abstract

This study aims to understand the profile of family farmers in the immediate regions of the State of Paraná, using data from the 2017 agricultural census. To collect the data, the SIDRA platform - Agricultural Census 2017 was used. The data were treated and entered into the Qgis software version 3.16.11 for the elaboration of maps. To generate the symbologies in the thematic maps, the data were classified in the equal count mode (Quartile) into four classes. Thus, the results indicated a concentration of agricultural establishments of family farming in some immediate regions of Paraná, pointing to regional inequalities and challenges to be overcome, such as low education and limited participation of women and young people. Public policies are needed to encourage more sustainable practices and joining cooperatives can be an effective strategy for the development of family farming

Key words: Family farming; immediate regions; regional development; public policy; Paraná

1. Introdução

A agricultura é uma atividade econômica responsável pela produção de alimentos que tem evoluído ao longo do tempo, buscando técnicas de plantio cada vez mais avançadas para aumentar a produtividade. Desde os primórdios da humanidade, a agricultura tem se desenvolvido em áreas próximas a rios e solos férteis. Atualmente, as técnicas de plantio são aperfeiçoadas para aumentar a produtividade em áreas limitadas ou em solos considerados menos férteis. Com o crescimento das cidades, a agricultura precisa inovar para atender à demanda tanto da população rural quanto da urbana (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

O desenvolvimento da agricultura no Brasil tem sido caracterizado pelo crescimento econômico como base para o desenvolvimento industrial. Nas décadas de 1960 e 1970, a revolução verde introduziu um novo modelo de produção agrícola que foi marcado por uma intensa intervenção estatal, através de subsídios agrícolas destinados aos agricultores, visando



transformar de forma intensiva o pilar técnico na estruturação da produção. No entanto, esses subsídios não foram suficientes para atender todas as regiões do país e nem todos os agricultores, o que levou ao êxodo rural, acumulação de capital e concentração fundiária. Isso resultou em um modelo dual, onde o setor é dividido em uma agricultura mecanizada e com tecnologia avançada, que possui capital disponível para sua expansão e uma agricultura familiar que, geralmente, possui menos terras e recursos limitados para investimentos, muitas vezes caracterizada como precária, de subsistência e baixa renda (SILVA; ZERBATO; ROCHA JR., 2010; LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

No Brasil, a agricultura familiar é fundamental para a segurança alimentar e nutricional da população e está diretamente relacionada ao desenvolvimento sustentável regional. As famílias que trabalham nesse setor têm uma forte conexão com o meio ambiente e com a terra, fixando-se em um determinado espaço geográfico e produzindo alimentos por meio de laços de parentesco. Os trabalhadores da agricultura familiar dependem do equilíbrio do ambiente para produzir seu sustento e buscam garantir o bem-estar da família, além de contribuir para o mercado de alimentos (HAAS et al., 2010).

A agricultura do Paraná participou desse processo de modernização agrícola, mas o perfil da conjuntura com o passar dos anos levou a muitos agricultores a buscarem outras atividades mais rentáveis e estáveis, causando uma situação de exclusão intensa. A exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio paranaense em 2005 representa 27,9% do PIB nacional, a contraponto à agricultura familiar representou apenas 9% do PIB nacional. Na região Sul, 44% de participação no PIB do agronegócio advém de segmentos familiares e no Paraná, a agricultura familiar representou 17,97% do total do PIB do Estado (SILVA; ZERBATO; ROCHA JR., 2010).

Percebendo a importância da agricultura familiar para o Estado do Paraná, o objetivo principal deste estudo é compreender o perfil dos agricultores familiares nas regiões imediatas do Estado do Paraná, utilizando dados do censo agropecuário de 2017. Busca-se com os resultados contribuir para as discussões relacionadas ao tema, bem como entender a dispersão dos agricultores no Estado, ainda se empenha com os resultados contribuir para o delineamento de políticas públicas que se aderem ao perfil e demanda do produtor da agricultura familiar.

2. Elementos teóricos

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se como agricultor familiar aquele que desenvolve atividades no meio rural e atende aos seguintes requisitos: 1) não possuir área superior a quatro módulos fiscais; 2) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento; 3) ter a renda familiar proveniente em sua maior parte das atividades do estabelecimento; e 4) gerenciar o estabelecimento juntamente com os membros da família (BRASIL, 2006).

O limite estabelecido para demarcação das áreas familiares foi elaborado para evitar conturbações inclusões de grandes latifúndios na agricultura familiar, mesmo que as definições sobre agricultura familiar dificilmente estabelecem este item como fundamental, o objetivo é diferenciar uma categoria que se fundamenta na produção e gestão com o uso de mão-de-obra dos familiares e que residem no interior do país (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020).

A agricultura familiar tem raízes históricas no Brasil e seu desenvolvimento se estende até o final do século passado. Ela se diferencia da agricultura patronal no que se refere à mão-de-obra e gestão empregadas no estabelecimento. Originariamente, a agricultura familiar brasileira era praticada por grupos que ocupavam uma posição secundária na sociedade, como índios, brancos nascidos no país, escravos africanos, mestiços e não-herdeiros. Esses grupos



cultivavam produtos para atender à demanda interna e não eram beneficiados pelas políticas públicas destinadas à monocultura nas grandes propriedades. Esse fato contribuiu para a concepção equivocada de que a agricultura familiar não é um setor representativo na economia brasileira (BARBOSA, 2021).

Essa discussão recai sobre o conceito da generalização do modo de produção capitalista também a este setor, impedindo em sua parte o desenvolvimento da agricultura familiar. Apenas em 1996 com a instituição do PRONAF, eleito como o primeiro programa a oferecer crédito ao agricultor familiar, contribuiu para a produtividade das propriedades e o desenvolvimento das localidades mais carentes, onde a concentração da agricultura familiar é maior (BARBOSA, 2021).

A diferença entre a produção familiar e a produção capitalista deriva que a primeira busca satisfazer as necessidades e a reprodução da família e a segunda utiliza-se do trabalho assalariado para obter lucro. Dessa forma, a agricultura familiar promove a geração de emprego e renda, segurança alimentar, conservação da biodiversidade, mitigar a pobreza e preservar a cultura e tradição. A forma como se estabelece a agricultura familiar impacta em sua forma produtiva de família-trabalho-produção, acarretando sua atuação econômica na sociedade, como um meio de vida, indo além da forma que as famílias convivem e cultivam, deixando raso o aspecto comum de defini-las como famílias que possuem terras em que seus membros trabalham (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

Nas pesquisas de Lima, Silva e Iwata (2019) e Bittencourt (2020), mostram através de dados do censo agropecuário de 2006 que 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de características familiar e dominam 74,4% da mão-de-obra que está no campo, compõe 90% dos municípios brasileiros com até vinte mil habitantes e centraliza 40% da população economicamente ativa do Brasil. Quando se trata de produtividade, representam 35% do PIB nacional, especificamente produz 87% em mandioca, 16% do milho, 38% do café, 21% do trigo e 34% do arroz e na pecuária representa nacionalmente 60% da produção de leite e 59% do rebanho de suínos, 30% dos bovinos e 50% das aves.

No trabalho de Colla, *et al.* (2008), identifica que na região Sul do Brasil 90,5% dos estabelecimentos são de agricultura familiar, o que corresponde a 57% da renda do Estado e 43,8% da área agropecuária, além de destacar a diversificação produtiva dentro destas propriedades com funções de beneficiamento e produção, seja vegetais ou animais, dos produtos agropecuários.

Com esses elementos é possível perceber a importância econômica da atividade agrícola familiar no Brasil, destacando a geração de emprego à população, controle dos preços internos dos produtos aqui produzidos e consumidos e fornecer produtos ao mercado interno (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

Bittencourt (2020) aponta em sua pesquisa que para promover de maneira contínua o desenvolvimento da agricultura familiar é preciso oferecer disponibilizar escolhas tecnológicas e inovadoras, com o objetivo de gerar renda, aperfeiçoamento da produção, qualidade de vida e buscar a sucessão familiar, apontando atualmente um déficit de gestores jovens nessas propriedades. A autora destaca ainda que os motivos para estas propriedades ainda apresentarem baixa inserção tecnológica está o pouco acesso a informações deste âmbito, inadequada infraestrutura, tamanho e localização das propriedades, fatos que impactam também nos rendimentos finais.

A tecnologia na produção agropecuária deve auxiliar também da diversificação e agregação de valor nos produtos que fortalecem a agricultura familiar, na pesquisa de Colla, *et al.* (2008), é discursado que as principais formas são referentes ao desenvolvimento e comercialização, destacando a regionalização das propriedades que através do caráter social, indicam a qualidade artesanal e com sabor particular do processo produtivo.



Bebbington (1999) e Grisa (2009) revelam que as unidades familiares devem possuir o acesso a cinco ativos de capital que auxilia no crescimento e desenvolvimento das propriedades e das famílias que ali residem, sendo eles: capital natural, humano, social, produzido e cultural. Estes ativos formam os meios de vida e oferecem acesso as capacidades como construção do seu meio de subsistência, conforme são combinados entre si, apontando que a combinação dos atores gera engajamento de outros atores, como o Estado, sociedade civil e mercado. As formas que essas famílias são capazes de aprimorar e implantar novas capacidades, seja para tornar a vida mais significativa ou para mudança das regras nas relações que as tornam dominantes, podendo alterar a forma com que os recursos são controlados, distribuídos e transformados na sociedade.

Diante da pesquisa de Del Grossi e Balsadi (2020), percebe-se uma redução da população ocupada na agricultura familiar nas últimas décadas, especialmente nas regiões Nordeste e Sul do país, com reduções mais significativas desde 1985. Em 2017, a agricultura familiar representava dois terços dos trabalhadores no campo brasileiro. O estudo evidenciou uma queda na atuação dos jovens em atividades agropecuárias e um aumento da população com mais de 60 anos. Além disso, houve uma forte queda na atuação feminina no campo dentro das atividades agropecuárias, mas a pesquisa destacou a atuação desses grupos em atividades como horticultura e floricultura, floresta nativa, pesca e aquicultura entre 2006 e 2017.

De acordo com Caumo e Staduto (2014), houve um aumento significativo da participação das mulheres na produção de alimentos orgânicos no campo. Essa atividade tem crescido em agriculturas familiares como uma forma de diversificação e de evitar a saturação dos produtos convencionais. O estudo destacou que as mulheres têm desempenhado um papel fundamental na gestão e produção das propriedades, desde o preparo da terra e plantio até a comercialização e venda dos produtos. Esse engajamento tem permitido que as mulheres ganhem espaço e empoderamento na esfera produtiva.

Considerando a importância do desenvolvimento e da participação da agricultura familiar na economia nacional e regional, é fundamental destacar a necessidade de políticas públicas voltadas para esse setor. O estudo de Santos et al. (2017) ressalta a importância de levar em conta as políticas públicas implementadas pelos governos, que são influenciadas por diversas forças de interesse, especialmente quando se trata das necessidades dos pequenos agricultores, como os agricultores familiares.

Ao direcionar as políticas públicas com base no perfil dos agricultores familiares e na regionalização da atividade, é possível obter resultados mais eficientes. Um exemplo disso é o caso brasileiro, apresentado por Sauborin e Grisa (2018), no qual as compras públicas de produtos da agricultura familiar, apoiadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), permitiram que essa atividade ocupasse um espaço político-institucional até então inexplorado. Com isso, foram propostas políticas públicas que atendiam às necessidades desses atores, o que gerou importantes avanços para a agricultura familiar no país.

Foi evidente a importância de compreender a dinâmica econômica da agricultura familiar, considerando a ampla variedade de produtos que contribuem para a economia nacional. Além disso, essa análise permitiu a caracterização dessa atividade de acordo com as particularidades de cada região do Estado do Paraná, o que possibilita o estabelecimento de políticas públicas que promovam o crescimento da produção, geração de empregos, aumento da renda e fixação de jovens e mulheres nesse setor.

No próximo tópico, será apresentada a metodologia utilizada nessa pesquisa.

3. Percurso metodológico

Utilizando os dados mais recentes disponíveis do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, foi possível coletar informações relevantes sobre a agricultura familiar, incluindo os atores envolvidos, os métodos utilizados e os instrumentos empregados. Essas informações permitiram uma análise mais precisa da dinâmica e da distribuição geográfica das características dessa classe social nas regiões próximas do Paraná.

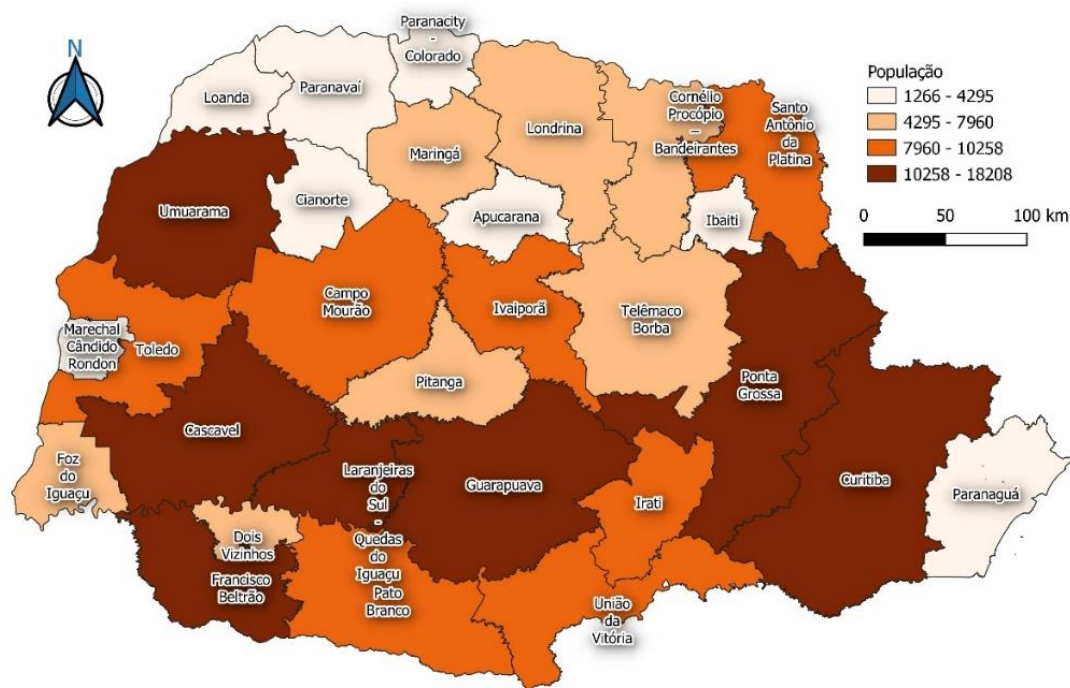
Para coletar os dados, foi utilizada a plataforma SIDRA - Censo Agropecuário 2017. Em seguida, esses dados foram tratados e inseridos no software Qgis versão 3.16.11 para a elaboração de mapas temáticos. As informações foram classificadas de acordo com o método igual contagem (Quartil) em quatro classes distintas para gerar as simbologias necessárias para os mapas.

4. Análise dos resultados

A partir das informações do Censo Agropecuário 2017, tornou-se viável examinar e aprofundar as particularidades da agricultura familiar nas regiões imediatas do Estado do Paraná. Isso permitirá a identificação do perfil desse segmento, de modo a tornar mais concreta a formulação de políticas que atendam às necessidades dos agricultores.

No mapa 1 é possível perceber a dispersão espacial dos estabelecimentos agropecuário, notoriamente observa uma maior concentração formando-se um corredor de Cascavel a Curitiba, ligados principalmente por umas das principais vias do Estado, a BR277. De acordo com Hernández (1998, p. 33) uma cadeia de centros urbanos de vários tamanhos localizados ao longo de uma rota de transporte de alta capacidade que suporta a localização da atividade industrial e facilita a criação de relações funcionais internas nas cadeias produtivas.

A existência de transporte adequada e de qualidade oferece condições mais favoráveis à dinâmica econômica dos centros urbanos localizados próximos aos eixos, principalmente no que diz respeito à localização das mais diversas atividades industriais, com os empreendimentos rurais buscando reduzir o tempo necessário para movimentar matérias-primas e bens, bem como aumentar a competitividade produtiva (BORDO, 2005). As regiões imediatas com maior número de estabelecimentos em relação ao total do Estado são: Curitiba (8%) Francisco Beltrão (7,9%), Guarapuava (6,5%), Cascavel (6%), Ponta Grossa (4,9%), Umuarama (4,7%), Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu (4,5%).



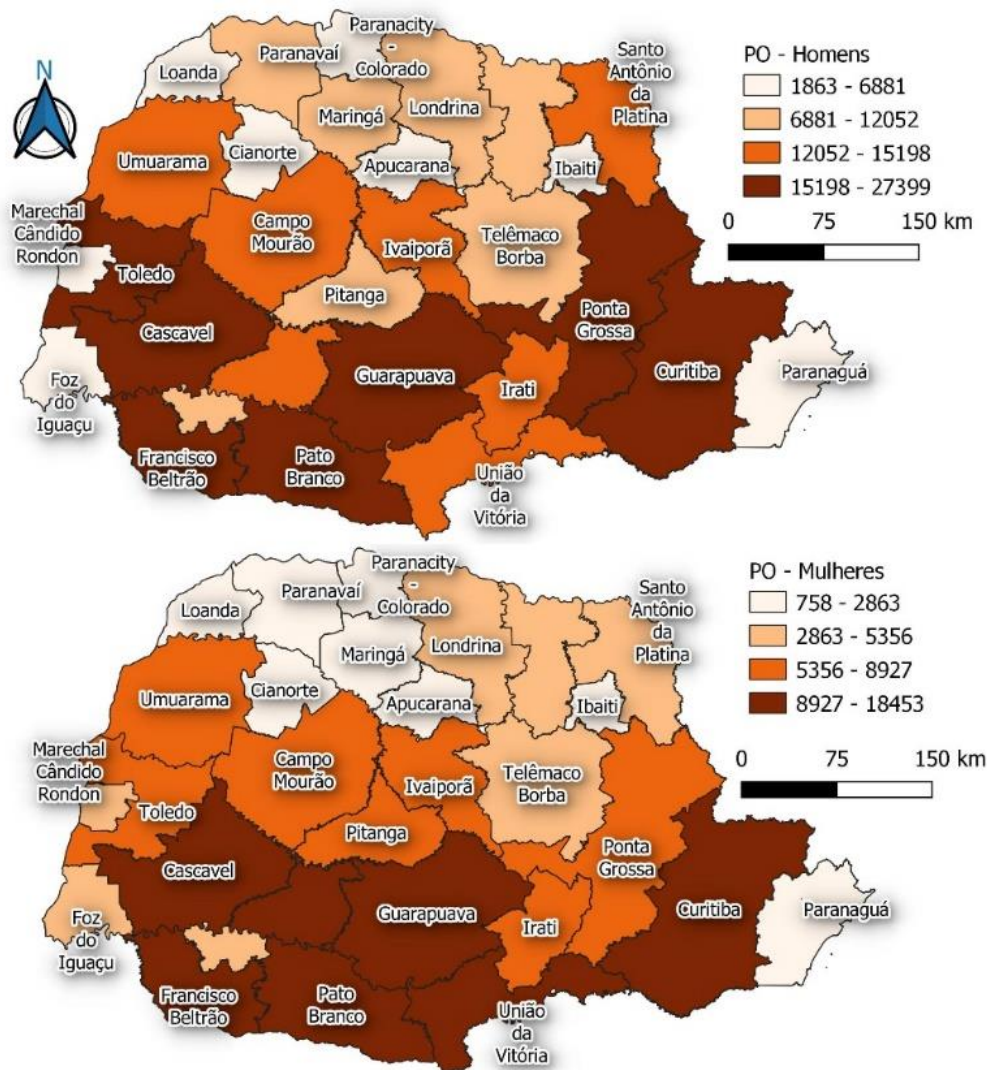
Mapa 1 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Do total da população ocupada no Estado do Paraná, 228.888 mil são representados por agricultores familiares. O mapa 2, evidência que destes 86% são caracterizados por homens, enquanto de apenas 14% são do gênero feminino.

Do total de homens, 8% estão concentrados em Francisco Beltrão, seguido por Curitiba (7,7%), Guarapuava (6,4%) e Cascavel (5,9%). Já no que diz respeito ao gênero feminino, as

regiões com maior concentração são Curitiba (9,4%), Guarapuava (7,2%), Francisco Beltrão (7,1%) e Cascavel (6,3%).



Mapa 2 – População ocupada por gênero na agricultura familiar

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

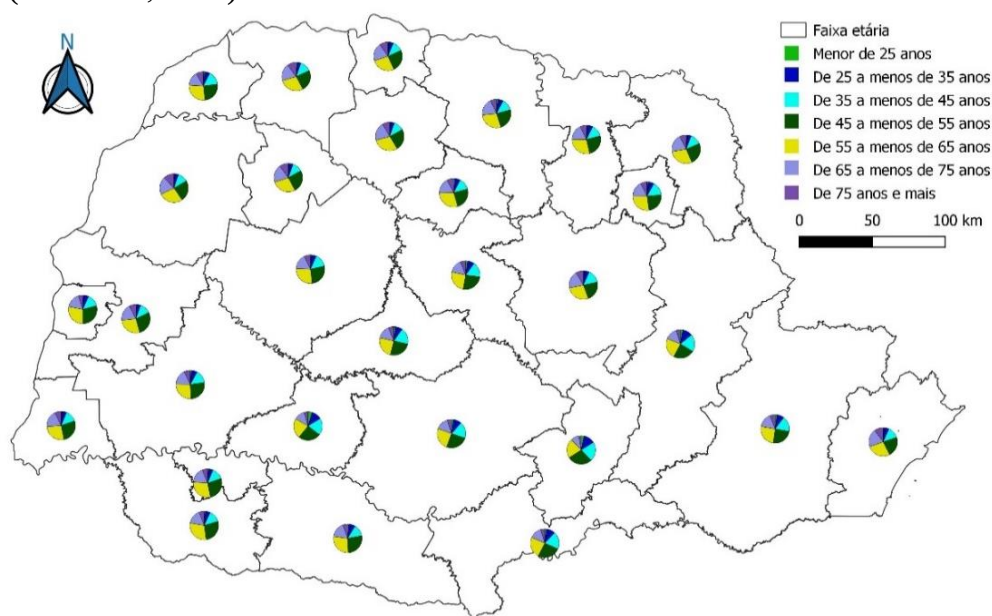
Observando o mapa 3, é possível notar que a região imediata de Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu apresenta o maior número de agricultores familiares com menos de 25 anos, representando 12,7% do total do Estado. Em seguida, estão Curitiba (9,9%), Guarapuava (8,2%), Ponta Grossa (8%) e Irati (7,3%). Já para a faixa etária de 25 a 35 anos, a maior concentração de agricultores familiares é na região imediata de Curitiba, com 9% em relação ao total do Estado. Logo após, estão Guarapuava (8,5%), Ponta Grossa (7,6%) e Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu (7,3%).

A faixa etária de 35 a menos de 45 anos apresenta maior concentração em Curitiba (9%), Guarapuava (7,7%), Francisco Beltrão (6,8%) e Ponta Grossa (6,2%). Para a faixa etária de 45 a menos de 55 anos, as localidades com maior concentração são Francisco Beltrão (8,4%), Curitiba (7,5%), Guarapuava (6,4%) e Cascavel (6,1%). Já para a faixa etária de 55 a menos de 65 anos, verifica-se uma maior concentração em Francisco Beltrão (8,9%), Curitiba (7,7%), Guarapuava (6,1%) e Cascavel (5,9%) consecutivamente. Na faixa etária de 65 a menos de 75

anos, as localidades com maior concentração são Curitiba (7,8%), Francisco Beltrão (7,7%) e Cascavel (6,2%). Para aqueles com 75 anos ou mais, Umuarama (8,6%), Curitiba (7,1%), Francisco Beltrão (7,06%) e Cascavel (6,5%) são as localidades com maior concentração.

Analisando a faixa etária dos agricultores familiares em todo o estado, é possível perceber que há uma concentração significativa na faixa etária de 55 a 65 anos (27%), seguida por 45 a 55 anos (26%) e 65 a 75 anos (17%). Isso significa que a maior concentração de agricultores familiares do estado está entre 45 e 75 anos, representando 69% em relação ao total do estado. Por outro lado, a faixa etária entre menores de 25 anos e 35 anos representa apenas 9% do total de agricultores familiares.

Com a crescente evasão dos jovens e o envelhecimento da população rural, aspectos como a oportunidade de emprego fora do campo, inclusão digital, nível de renda, lazer e possibilidades de acesso à educação superior são determinantes para a permanência dos jovens na área rural. A sobrecarga de trabalho acaba por recair sobre os mais velhos, e nos últimos anos as políticas públicas não têm sido suficientes para viabilizar a permanência dos jovens no campo. É necessário focar em atividades geradoras de renda como objetivo para reverter esse cenário (RIBEIRO, 2015).



Mapa 3 – Faixa etária dos agricultores

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

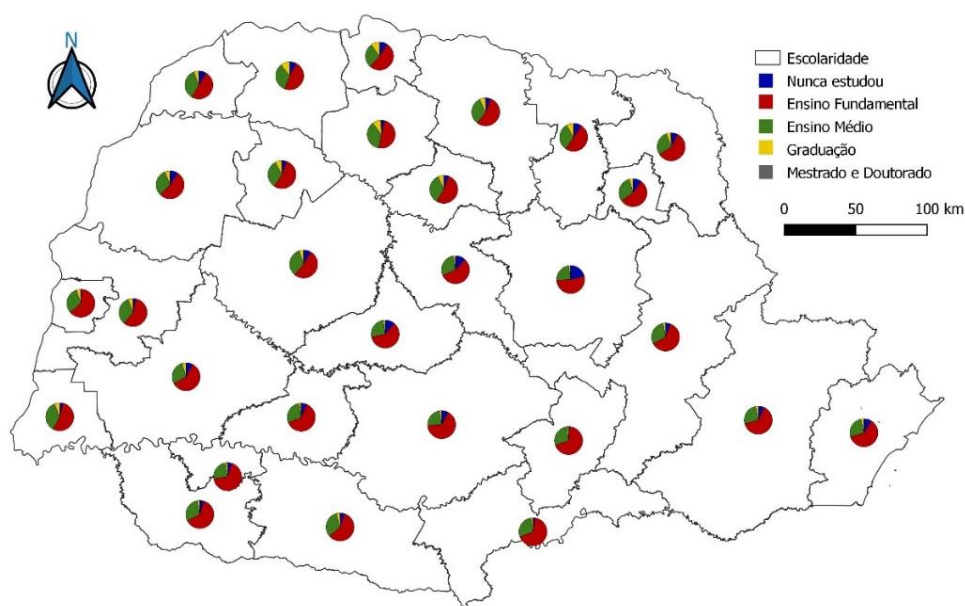
O mapa 4 apresenta a análise sobre o nível de escolaridade dos produtores da agricultura familiar no Paraná. Dos produtores, aproximadamente 59% possuem até o ensino fundamental e 29% têm ensino médio. Entre eles, 7% nunca frequentaram a escola, 4% possuem graduação e apenas 0,1% têm pós-graduação (mestrado e/ou doutorado). Em relação às regiões imediatas do Paraná, a maior concentração de produtores que nunca estudaram está em Curitiba (8,2%), Guarapuava (7,3%), Telêmaco Borba (7,2%) e Ivaiporã (7%). Já a distribuição de agricultores com ensino fundamental está concentrada em Curitiba (8,6%), Francisco Beltrão (8,4%), Guarapuava (7,3%) e Cascavel (5,9%).

A análise do nível de escolaridade dos produtores rurais revela uma heterogeneidade em relação às diferentes regiões. No que se refere ao ensino médio, Francisco Beltrão apresenta a maior representatividade (7,9%), seguida por Curitiba (7%), Cascavel (5,8%), Guarapuava (5,2%) e Toledo (5%). Já para os produtores com graduação, a concentração é diferente e ocorre nas regiões de Umuarama (6,6%), Cascavel (6,57%), Maringá (5,8%), Toledo (5,78%), Santo

Antônio da Platina (5,7%), Curitiba (5,5%), Francisco Beltrão (5,4%) e Londrina (5,1%). No que se refere à pós-graduação, os maiores índices são encontrados em Umuarama (9,2%), Santo Antônio da Platina (6,4%), Maringá (6,1%), Curitiba (6,1%), Toledo (5,7%), Campo Mourão (5,7%) e Pato Branco (5,4%).

Apesar da grande quantidade de agricultores familiares com escolaridade até o ensino fundamental, percebe-se uma tendência de busca por qualificação. É possível observar que os agricultores mais próximos de centros universitários têm buscado avanços em seus estudos, especialmente aqueles com pós-graduação, evidenciando que políticas públicas de ensino, como o acesso, podem contribuir para uma maior qualificação.

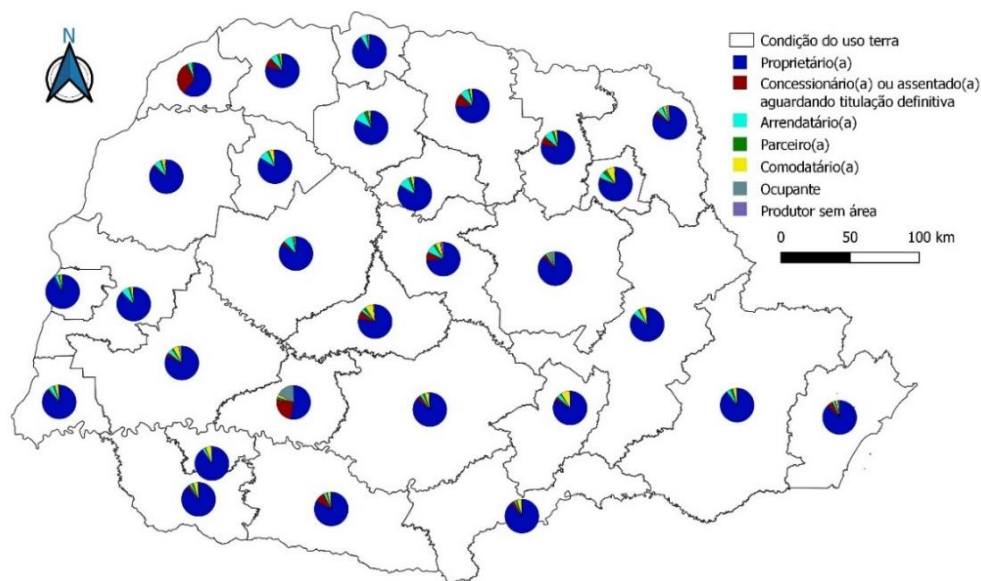
Quanto maiores forem os níveis educacionais, maior será o acesso a novas tecnologias e maneiras de gestão do empreendimento. Segundo Colla et al. (2008), a escolaridade aumenta a competência do capital humano, que por sua vez resulta em inovações nos processos, melhor gerenciamento e aprimoramento das técnicas produtivas para as unidades familiares.



Mapa 4 – Nível de escolaridade dos agricultores

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

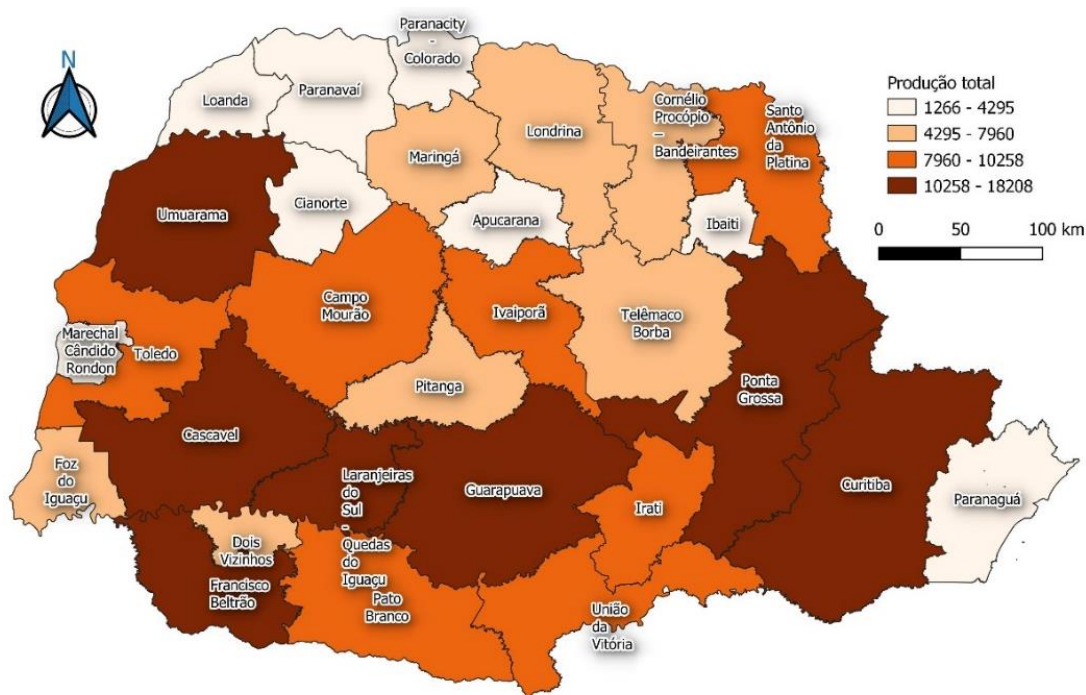
De acordo com o mapa 5, que apresenta a condição do uso da terra, os dados revelam que 82,7% dos agricultores familiares do estado são proprietários da terra, enquanto 5% são concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. A condição de arrendatário(a) corresponde a 4,8% e a de comodatário(a) a 3,7%. A concentração espacial da condição de proprietário está em Curitiba (8,6%), Francisco Beltrão (8,4%), Guarapuava (6,7%), Cascavel (5,9%) e Ponta Grossa (5%). Já na condição de concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva, a concentração está em Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu (22,9%), Pato Branco (8,7%), Londrina (7,7%), Ivaiporã (6,8%) e Loanda (6,3%). Por fim, a maior concentração de arrendatários(as) se encontra em Campo Mourão (7,5%), Toledo (6,8%), Ivaiporã (6,7%), Umuarama (6,3%) e Curitiba (6,2%).



Mapa 5 – Condição do uso da terra

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Identificado no mapa 6, a concentração produtiva da agricultura familiar está em Curitiba (8%), Francisco Beltrão (7,8%), Guarapuava (6,5%) e Cascavel (6%). Essa produção está distribuída principalmente em lavouras temporárias (46,8%), pecuária e criação de outros animais (41,1%), produção de lavouras permanentes (5,2%) e horticultura e floricultura (3,6%).

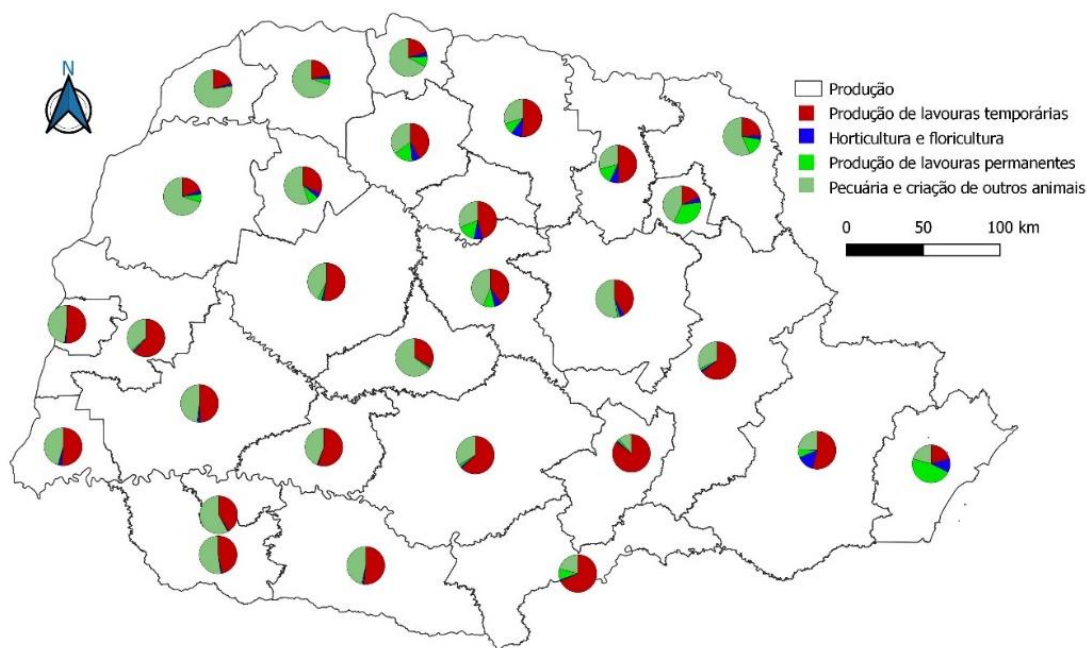


Mapa 6 – Produção da agricultura familiar

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

O mapa 7 apresenta a concentração de produção em categorias de produtos nas regiões. A produção de lavouras temporárias concentrou-se em Curitiba (8,9%), Guarapuava (8,2%),

Francisco Beltrão (7,7%), Irati (6,7%), Ponta Grossa (6,4%) e Cascavel (6,2%). Na produção de horticultura e floricultura, a região de Curitiba se destacou com 32% do total, seguida por Londrina (7,9%), Ivaiporã (6,7%) e Cornélio Procópio - Bandeirantes (5%). A produção de lavouras permanentes esteve representada pela região de Santo Antônio da Platina (13,1%), seguida de Curitiba (10%), Ibaiti (7,8%), Maringá (7,5%) e Ivaiporã (7,2%). Já na categoria de pecuária e criação de outros animais, a região imediata de Francisco Beltrão apresentou a maior concentração com 9,8%, seguida por Umuarama (7,8%), Cascavel (6,8%), Santo Antônio da Platina (6%) e Pitanga (5,3%).

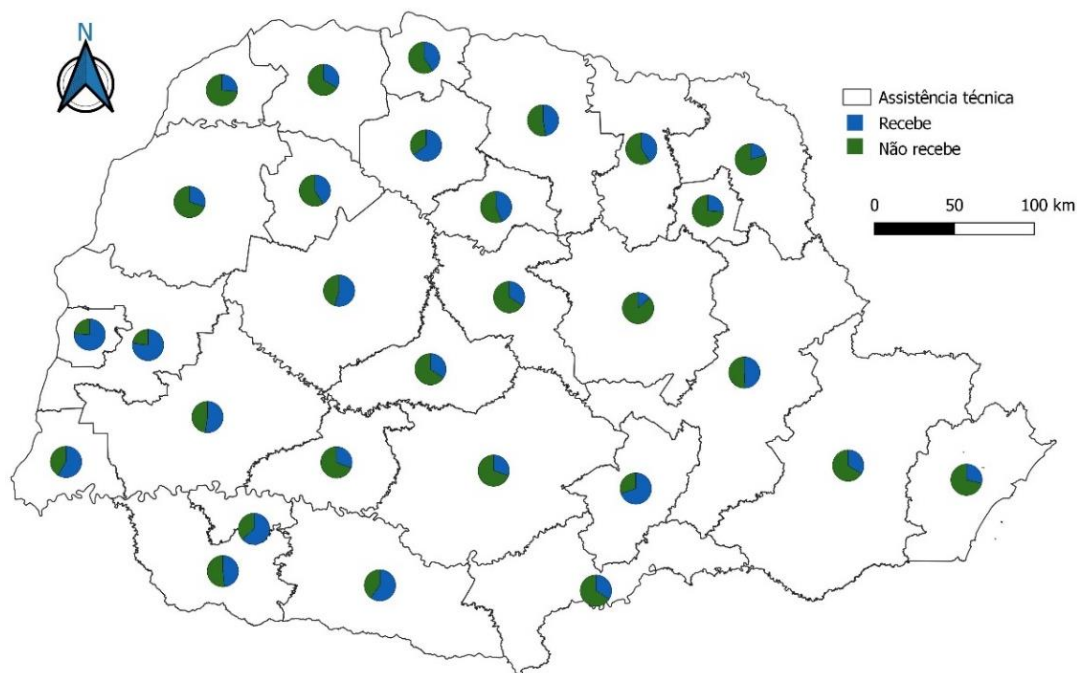


Mapa 7 – Produção em categorias de produtos

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Ao analisar o acesso à assistência técnica no mapa 8, percebe-se que 56% dos agricultores familiares não possuem acesso, ou seja, apenas 44% do total de agricultores já obteve algum tipo de orientação em sua propriedade. As regiões que mais obtiveram acesso à assistência técnica foram Francisco Beltrão (8,7%), seguido de Toledo (7,8%), Cascavel (7,1%), Pato Branco (6,2%), Curitiba (6,14%) e Irati (6,07%). Em contrapartida, a região de Curitiba (9,4%) apresentou a parcela de maior concentração de agricultores familiares que não receberam assistência técnica, seguida de Guarapuava (8,1%), Francisco Beltrão (7,3%), Santo Antônio da Platina (6,3%), Umuarama (5,9%), Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu (5,6%) e Cascavel (5,1%) consecutivamente.

De acordo com Franca et al. (2009), os agricultores familiares que receberam atendimentos de assistência técnica apresentaram, em média, uma produtividade quatro vezes maior do que aqueles que não receberam. O conhecimento adaptável aos recursos disponíveis na propriedade auxilia na escolha de práticas agrícolas que recuperam e priorizam o meio ambiente, resultando no equilíbrio entre a produção sustentável e a lucratividade financeira (KASMIN; PASSINI; BOICO, 2019).

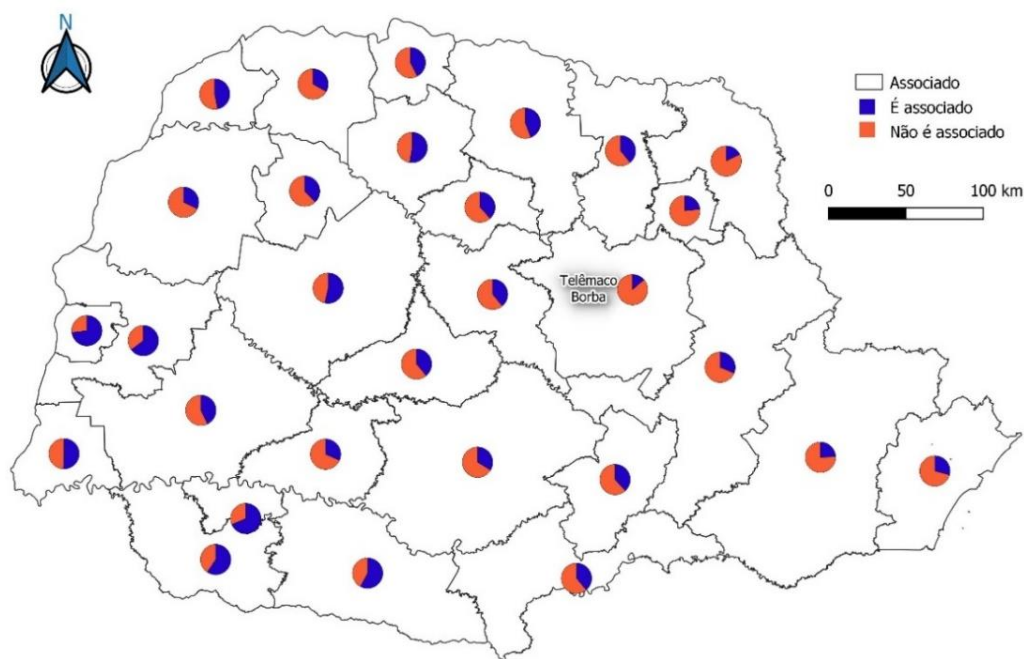


Mapa 8 – Acesso a assistência técnica

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Ao analisar o mapa 9, constata-se que 59% dos produtores não são associados a cooperativas ou entidades de classe. A concentração dos agricultores associados está na região de Francisco Beltrão (11,5%), Toledo (7%), Pato Branco (6,3%) e Cascavel (6,2%). Já a distribuição de agricultores não associados em cooperativas e/ou entidades de classe está em Curitiba (10,2%), Guarapuava (7,3%), Santo Antônio da Platina (6,2%) e Cascavel (5,7%).

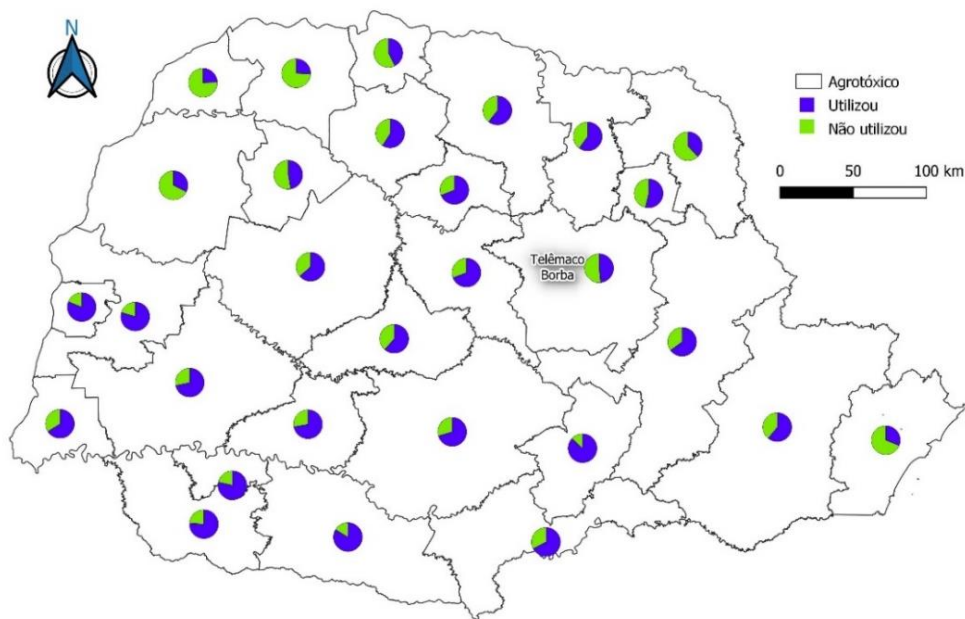
O cooperativismo é uma prática crucial para os agricultores familiares, uma vez que contribui para a continuidade da produtividade. As cooperativas direcionam a participação no mercado, aumentam a competitividade, garantem acesso a crédito e políticas públicas. Além disso, estar associado a uma cooperativa auxilia o produtor familiar a ter acesso a mercados com preços competitivos, sem deixar de oferecer produtos de qualidade, eficientes e sustentáveis (MARYNOWSKI et al., 2022).



Mapa 9 – Produtor associados à cooperativa e/ou à entidade de classe

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

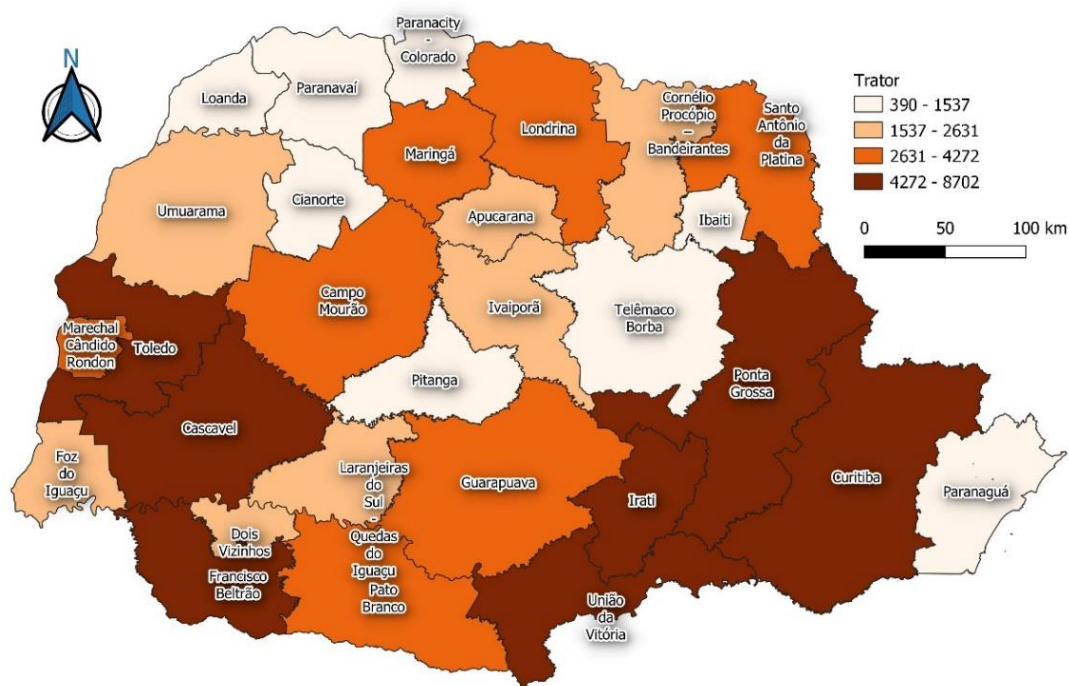
Com relação à utilização de agrotóxicos, o mapa 10 revela que 64% dos agricultores familiares das regiões imediatas fazem uso dessas substâncias. A maior incidência de utilização ocorre em Francisco Beltrão, com 9,4%, seguido de Curitiba (7,6%), Guarapuava (7,1%) e Cascavel (6,7%), em relação ao total de regiões do estado que fazem uso de agrotóxicos. Entre as regiões que não utilizam agrotóxicos, destacam-se Umuarama (8,9%), Curitiba (8,7%), Santo Antônio da Platina (7,7%), Guarapuava (5,4%) e Francisco Beltrão (5,3%), totalizando 36% das regiões.



Mapa 10 – Utilização de agrotóxico

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

A quantidade de tratores teve maior representação na região imediata de Curitiba (9,7%), seguido de Toledo (7,4%), Francisco Beltrão (6,9%), Ponta Grossa (6,3%) e Cascavel (6%), dados disponíveis no mapa11.



Mapa 11 – Trator

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Acesso à tecnologia e crédito são fatores determinantes para a disponibilidade de tratores nas propriedades rurais, os quais muitas vezes ainda não estão disponíveis para os agricultores familiares. Nesse sentido, é essencial destacar a importância da assistência técnica e/ou participação em cooperativas, que fornecem informações, capacitação e oportunidades para alcançar os fatores que contribuem para o aumento da produtividade.

Os dados apresentados nos mapas foram úteis para traçar o perfil do agricultor familiar no Paraná e identificar os principais obstáculos que precisam ser abordados em políticas públicas para o desenvolvimento regional. No próximo tópico, serão apresentadas as considerações finais deste estudo.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi compreender o perfil dos agricultores familiares nas regiões imediatas do Estado do Paraná, utilizando dados do censo agropecuário de 2017. Para coletar os dados, utilizou-se a plataforma SIDRA - Censo Agropecuário 2017. Os dados foram tratados e inseridos no software Qgis versão 3.16.11 para a elaboração de mapas. Para gerar as simbologias nos mapas temáticos, os dados foram classificados no modo igual contagem (Quartil) em quatro classes.

Nesse contexto, fica evidente que a concentração dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar se dá nas regiões imediatas de Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Cascavel, Ponta Grossa, Umuarama e Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu. A concentração dos estabelecimentos agropecuários em determinadas regiões pode indicar a presença de infraestrutura e recursos que favorecem a atividade, mas também pode sinalizar desigualdades



regionais e falta de políticas públicas que incentivem a produção em outras áreas. Além disso os dados mostram que ainda há desigualdades regionais e desafios a serem superados, como a baixa escolaridade, a falta de acesso à assistência técnica e a participação limitada das mulheres e dos jovens na gestão e produção das propriedades.

Em relação ao total da população de agricultores familiares ocupados no estado do Paraná, representando 228.888 mil pessoas, fica evidente que 86% são homens, enquanto apenas 14% são mulheres. O grupo social de agricultores familiares tem como faixa etária predominante entre 45 e 75 anos, representando 69% do total. A faixa etária com maior quantidade de agricultores é entre 55 e 65 anos, seguida pelas faixas de 45 a 55 anos e 65 a 75 anos.

Em relação ao nível de escolaridade, 59% dos agricultores cursaram até o ensino fundamental, enquanto 29% obtiveram escolaridade até o ensino médio. Apenas 4% possuem graduação, e 7% nunca estudaram. A baixa escolaridade pode dificultar o acesso dos agricultores familiares a informações e tecnologias que possam melhorar a produção e aumentar a renda, tornando a assistência técnica e o apoio de cooperativas e órgãos de classe ainda mais importantes.

No que diz respeito ao uso da terra, 82% dos agricultores familiares possuem a titularidade e/ou posse da terra, mas ainda há 5% aguardando a regularização da titulação e/ou posse.

Em relação à produção, segundo os dados, 46,8% da produção da agricultura familiar é de lavoura temporária, seguida pela pecuária com 41,1%.

Dos 18.208 estabelecimentos da agricultura familiar, 56% não receberam nenhum tipo de orientação técnica. Entre aqueles que receberam, as regiões de Francisco Beltrão (8,7%), Toledo (7,8%), Cascavel (7,1%), Pato Branco (6,2%), Curitiba (6,14%) e Irati (6,07%) foram as mais atendidas. Notavelmente, essas regiões estão próximas de cooperativas, órgãos representativos de classe e universidades. Além disso, 41% dos agricultores não são associados a nenhum tipo de órgão de classe e/ou cooperativas. A formação de parcerias com cooperativas e órgãos representativos de classe também pode ser uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento da agricultura familiar.

Considerando a característica produtiva de maior concentração na lavoura temporária e tecnologia difundida, verifica-se que 69% dos estabelecimentos fazem uso de agrotóxicos. Esses estabelecimentos estão concentrados nas regiões de Francisco Beltrão, com 9,4%, seguido por Curitiba (7,6%), Guarapuava (7,1%) e Cascavel (6,7%). Quanto à concentração de tratores, as regiões com maior número são Curitiba (9,7%), Toledo (7,4%), Francisco Beltrão (6,9%), Ponta Grossa (6,3%) e Cascavel (6%).

A utilização de agrotóxicos por parte de grande parte dos estabelecimentos agrícolas é um problema que merece atenção, uma vez que pode prejudicar tanto a saúde dos agricultores quanto a do consumidor final. Nesse sentido, podem ser pensadas políticas que incentivem a adoção de práticas mais sustentáveis são fundamentais.

A partir dos resultados obtidos, torna-se possível traçar o perfil da agricultura familiar paranaense, evidenciando que a heterogeneidade está presente nas diferentes regiões. Ainda existem desafios a serem superados quando comparados com a literatura disponível, como a retenção da mão de obra jovem na gestão e/ou produção das propriedades, aumento da participação das mulheres na gestão do empreendimento, acesso à assistência técnica e a importância de associar-se a uma cooperativa.

As políticas públicas voltadas para os aspectos mencionados são conhecidas, entretanto, é necessário informar e orientar os agricultores sobre sua importância, capacitando e educando-os para que possam compreender essas informações. Direcionar atendimento específico para cada região do estado também é essencial. Assim, a presente pesquisa enriqueceu a literatura e

as informações sobre o perfil da agricultura familiar paranaense em cada região, fornecendo um instrumento para colaborar no desenvolvimento de políticas públicas que promovam o crescimento regional.

Referências

- AMORIM, L. S. B. STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento Territorial Rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008.
- BARBOSA, I. F. S. **Evolução da mão de obra empregada na agricultura familiar no Brasil entre 2006 e 2017**. Piracicaba, São Paulo. Dissertação de Mestrado, USP – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 125 p., 2021.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v.27, n.12, p. 2021-2044, 1999.
- BITTENCOURT, D. M. C. Estratégias para a agricultura familiar visão de futuro rumo a inovação. Brasília, Distrito Federal, **Editora Técnica, Embrapa**, 2020.
- BORDO, A. A. Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Vol. IX, núm. 194 (79), 1 de agosto de 2005.
- BRASIL, Decreto no 1946, de 28 de junho de 1996. Cria Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 28 de junho de 1996.
- CAUMO, A. J. STADUTO, J. A. R. Produção orgânica: uma alternativa para a agricultura familiar. **Revista Eletrônica Capital Científico**, v. 12 n. 2, abril/junho 2014.
- COLLA, C. STADUTO, J. A. R. ROCHA JR., W. F. RINALDI, R. N. Escolha da feira livre como canal de distribuição para produtores da agricultura familiar de Cascavel, Estado do Paraná. São Paulo, **Informações Econômicas**, v. 38, n. 2, fev. 2008.
- DELGROSSI, M. E., BALSADI, O. V. Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: VIEIRA FILHO, J. E. GASQUES, J. G. (orgs.) **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário** – Brasília – IPEA, IBGE, 2020.
- GRISA, C. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Porto Alegre, 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 26 a 30 de julho de 2019.
- GUANZIROLI, C. E. SABATTO, A. BUAINAIN, A. M. Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996 a 2017). In: VIEIRA FILHO, J. E. GASQUES, J. G. (orgs.) **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário** – Brasília – IPEA, IBGE, 2020.
- HAAS, J. M. SULZBACHER, A. W. BOLTER, J. A. G. NEUMANN, P. S. O complexo agroindustrial e a agricultura familiar: além das tradicionais fronteiras. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 60-77, jul./dez. 2010.
- HERNÁNDEZ, J. **El eje Irún-Aveiro**: Geografía de un eje de desarrollo. Salamanca, 1998.



KASMIN, M. A. PASSINI, J. J. BOICO, D. G. A importância da assistência técnica e extensão rural para agroindústrias familiares: o caso da agroindústria de panificação no oeste do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 5, n. 1, p. 84–98, 2019.

LIMA, A. F. SILVA, E. G. A. IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revistas Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019.

MARYNOWSKI, B. BORTOLANZA, J. WALTER, S. A. Agricultura familiar e cooperativismo no município de Santa Helena – PR. **Revista Orbis Latina**, v.12, n. 1, janeiro 2022.

RIBEIRO, R. C. **Desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar: diagnóstico participativo de indicadores econômicos, sociais e ambientais da região do oeste do Paraná**. Dissertação Mestrado. Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Sustentável, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SANTOS, L. BIDARRA, Z. SCHMIDT, C. STADUTO, J. A. R. Políticas públicas no comércio de orgânicos no Brasil. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 40, n. 2, p. 447-459, 2017.

SAUBORIN, E. GRISA, C. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Editora Escritos, 1ª Ed., 2018.

SILVA, C. L. ZERBATO, C. C. ROCHA JR. W. F. Agricultura familiar e desenvolvimento paranaense entre 1996 e 2006. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 39-59, jul./dez. 2010.